

Coluna do Castello

Uma reversão de expectativas

Embora tenham sido evitadas para evitar suscetibilidades decisões formais nas reuniões de fim de semana, no Rio de Janeiro, do Sr. Ulysses Guimarães com governadores, ministros e líderes do PMDB, praticamente ficou decidida a transferência de data da convenção nacional do partido para depois da promulgação da Constituição. O presidente do partido acha que o retardamento não será por muito tempo pois está na expectativa de que a Constituinte encerre seus trabalhos ainda em junho. O período para apresentação de emendas supressivas antes do segundo turno não será obrigatoriamente de 19 dias, mas de "até 19 dias", o que permite seu abreviamento.



O governador Waldir Pires não teve dúvidas em concordar com que o partido termine o trabalho constitucional antes de seu reunir para definir a revisão do seu programa e a posição a ser tomada diante do governo do Sr. José Sarney, ao qual não pretende mais dar qualquer tipo de solidariedade. Isso não impede que ele entenda que há uma cronologia a obedecer na tentativa de preservar a unidade do PMDB — problema que não existe na Bahia —, a qual poderá seguir o bom caminho em consequência das posições assumidas nas definições dos temas inseridos na nova Carta.

O problema principal do PMDB continua a se fixar em São Paulo. Amigos do ex-governador Franco Montoro e do senador Fernando Henrique Cardoso não hesitam em prever que até 5 de junho, com convenção ou sem ela, os dois se afastarão do partido e começarão a articular a dissidência na espera das adesões pós-convenção. Os dissidentes paulistas estão certos de que contarão com a solidariedade dos senadores Mário Covas e José Richa bem como da maioria dos integrantes do MUP. Eles esperam constituir uma bancada de mais de setenta representantes e dizem estar preparados para obter a aprovação do dispositivo que permite a trinta deputados se organizarem em partidos para disputar, já, a eleição municipal.

O Sr. Ulysses Guimarães mantém-se sereno e divide sua ação no tempo. Por enquanto nada o desvia do objetivo de concluir a Constituição e confia que do

desfecho dessa operação resultariam condições para convencer parte substancial do atual grupo dissidente a manter-se sob a legenda do PMDB e armar suas reivindicações à sombra do partido. A eleição presidencial poderá provocar confluências e não divergências, transformando-se assim num novo pólo de aglutinação da ampla frente que tem sobrevivido a tantos contratempos ao longo do processo de transição democrática. Como não há problemas na Bahia e em Pernambuco quanto à unidade partidária e os problemas fluminenses não apresentam maior gravidade, ele espera, depois da Constituinte, dedicar-se ao encaminhamento de soluções que reunifiquem seu partido em São Paulo no caminho da sucessão presidencial da República.

No entanto, parece-lhe fundamental levar o partido unido até a promulgação da Constituição, etapa final da implantação do regime democrático e início de uma nova prática política no país. Sua missão o obriga a concentrar-se no episódio, deixando que a crise, como diria Getúlio Vargas, cozinhe no seu próprio caldo. Como se sabe, entre os temas ainda não definidos em termos irreversíveis pelos constituintes está a data do término do mandato do presidente José Sarney. A desagregação do *Centrão* deixou uma interrogação no ar. Embora esse frustrado esquema de união de conservadores e liberais não tenha sido a força determinante da derrota do parlamentarismo e do mandato de quatro anos na votação do texto básico da Constituição, ele deu a massa de manobra para a operação inspirada pelo Palácio do Planalto e amplamente coberta pelo empenho dos chefes das Forças Armadas.

A participação intensa e decisiva da opinião militar, articulada pelo Conselho de Segurança Nacional, em favor das teses nacionalistas, notadamente da nacionalização das riquezas do subsolo, deixou dúvida sobre a operacionalidade do veto dos ministros das três Forças à eleição presidencial este ano. Afinal esses comandos preferiram se omitir quando se evidenciou a mobilização dos escalões inferiores em favor de teses que contrariavam a política oficial e levaram à desmoralização do *Centrão*. A aliança nacionalista-esquerdista poderia operar também quanto às questões políticas finais. Não seria despropositado, assim, admitir que haja uma inversão de pressões junto à Constituinte com relação à duração do mandato.

Os argumentos usados de que, antes da eleição, devem ser votadas as leis complementares são irrelevantes. Como se sabe, leis complementares à Constituição de 1946, como, por exemplo, a lei de greve, nunca foram votadas pelo Congresso, o que não impediu que durante vinte anos aquela Carta operasse como a lei magna do país. Até que os militares a destruíssem.

Carlos Castello Branco

JORNAL DO BRASIL